



4176 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT05 - Estado e Política Educacional

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO PIAUÍ: UM OLHAR SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO NO MEIO RURAL

Jullyane Frazão Santana - UFPI - Universidade Federal do Piauí
Rosana Evangelista da Cruz - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Resumo

Tendo em vista o cenário de avanços e retrocessos no que concerne o direito a educação do campo, o trabalho tem por objetivo problematizar o Pronera como política de direito a Educação do Campo e refletir sobre as relações contraditórias entre o aumento quantitativo dos índices de escolarização rural no Estado do Piauí e o desmonte do Programa. Caracteriza-se como uma pesquisa quanti-qualitativa (GAMBOA, 1995), baseada em estudo bibliográfico e análise documental (CELARD, 2008). A metodologia envolveu a análise dos dados referentes a indicadores (zona censitária e anos de estudo) extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), dos anos de 2003 e 2015, acessados no *site* do Inep e tratados estatisticamente com o auxílio do *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão gratuita. As referências que fundamentaram o trabalho incluíram autores como Medeiros (2014), Salvador (2010), Marialva (2010) dentre outros. Por fim, aponta-se que apesar dos avanços na escolarização dos povos rurais são necessários maiores investimentos no Pronera e na Secadi.

Palavras chave: Educação do Campo; Direito; Políticas públicas.

x

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO PIAUÍ: UM OLHAR SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO NO MEIO RURAL

Introdução

Na sociedade capitalista, os princípios da política econômica fundamentam as relações sociais e a governabilidade do país, portanto, as decisões e leis que o regem tomam como base o desenvolvimento do capital, em geral em detrimento da classe trabalhadora, interferindo na garantia dos direitos sociais, isto porque existem contradições entre o que é instituído em lei e o que é executado.

Tal contradição também se expressa no campo educacional, uma vez que a Constituição Federal de 1988 define a educação como um direito de todos e dever do Estado; compromisso ratificado com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96. Contudo, apesar dos avanços e conquistas registrados ao longo da história, assinala-se que a educação não é vista como prioritária pelo Estado brasileiro, sendo alvo de vários desmontes e cortes orçamentários que dificultam a sua expansão.

Nos anos de 1990, a negligência histórica do Estado para com a educação nacional ficou evidente, pois o número de analfabetos no país chegou à marca dos 48 milhões de brasileiros, com maior índice de concentração nos bolsões de pobreza e no meio rural, no qual o descaso em relação ao atendimento da população é intensificado pela ausência de garantias constitucionais que pautem as especificidades dos povos do campo (COUTINHO, 2009).

O Mapa do Analfabetismo no Brasil (BRASIL, 2003) revela que há uma relação direta entre a distribuição de renda e o nível educacional, pois as condições socioeconômicas da população limitam o acesso à educação formal, sendo "gritantes as diferenças entre o ensino que é propiciado às populações urbanas e o que é destinado às populações rurais" (FURTADO, 2004, p.89). Para Ferraro (2012) o interesse do Estado pela educação dos povos rurais é diretamente proporcional ao movimento de industrialização e urbanização do país, sendo o latifúndio um fator determinante para o analfabetismo no campo.

A partir dos anos de 1980, com a organização do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), a educação ofertada no meio rural ganhou novas perspectivas dentro da luta pela Reforma Agrária no país, constituindo-se como uma das principais bandeiras deste segmento, pois o direito a terra pressupõe o direito às condições de viver na mesma com dignidade, o que inclui o acesso à educação. Dentro dessa perspectiva, os movimentos sociais e sindicais levaram para a cidade as problemáticas históricas que penalizavam a referida população, dando início a luta por uma política pública de Educação do Campo.

A Educação do Campo é um movimento histórico que visa romper com as concepções de uma educação rural ofertada sob a lógica do Estado Capitalista. A luta por este modelo educacional se materializou em abril de 1998 com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento sustentável e diminuir as altas taxas de analfabetismo no meio rural.

A II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (II PNERA) trouxe os dados das ações do Pronera no período de 1998 a 2011, apontando que o Programa realizou 320 cursos por meio de 82 instituições de ensino em todo o país com o envolvimento de 38 organizações demandantes, 244 parceiros e 164.894 educandos. Na Educação de Jovens e Adultos foram 167 cursos no ensino Fundamental e 99 no Médio; e 54 na Educação Superior (BRASIL, 2015).

Apesar dos avanços, o Programa ainda não se constitui como uma prioridade do Governo Federal, isto porque, desde a sua

institucionalização, os sucessivos contingenciamentos de parte dos recursos, os problemas na gestão financeira e os cortes orçamentários comprometem o andamento das ações. Não obstante, aponta-se que, em valores aproximados, no ano de 2016, foram destinados R\$ 30 milhões para execução dos convênios, que passaram para R\$ 11 milhões em 2017, com uma previsão orçamentária de R\$ 3 milhões para o ano de 2018, dificultando o andamento dos cursos que já estão em exercício e inviabilizando a expansão do Programa (COSTA, 2017).

A política de Educação do Campo, também pode ser identificada nas ações promovidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), criada em 2004 no âmbito do Ministério da Educação (MEC). Segundo Medeiros (2014) são diversas as políticas implementadas pela Secadi em parceria com os sistemas de ensino estaduais e municipais. Contudo, as ações promovidas pela Secretaria também podem estar com “os dias contados”, tendo em vista a Emenda Constitucional n° 95, de 2016, que estabelece o congelamento nos gastos públicos por 20 anos.

O cenário de avanços e retrocessos no que concerne o direito a educação do campo motivou a realização deste trabalho que tem por objetivo problematizar o Pronera como política de direito à Educação do Campo e refletir sobre as relações contraditórias entre o aumento quantitativo dos índices de escolarização rural no Estado do Piauí e o desmonte do Programa.

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa quanti-qualitativa (GAMBOA, 1995), baseada em estudo bibliográfico e análise documental (CELARD, 2008). A metodologia do trabalho envolveu a análise dos dados referentes a indicadores (zona censitária e anos de estudo) extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), dos anos de 2003 e 2015, que compreende os 12 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Os microdados da Pnad referente aos anos de 2003 e 2015 foram acessados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) e tratados estatisticamente com o auxílio do *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão gratuita. As referências que fundamentaram o trabalho incluíram autores como Medeiros (2014), Salvador (2010), Marialva (2010) dentre outros.

Desenvolvimento

Os saberes construídos pela sociedade, ao longo do tempo, são disseminados de inúmeras maneiras. Em vias formais, o processo de socialização dos indivíduos é atribuído à modernidade, às instituições escolares. No sistema capitalista, a escola é caracterizada como um ambiente conservador de reprodução da ideologia dominante, contudo, as classes populares, visando melhores condições de vida e transformação social, buscam acessá-la, transformando este espaço em demanda dos movimentos sociais (MEDEIROS, 2014).

De acordo com a II PNERA, no Piauí, no período de 1999 a 2011, três organizações demandaram sete cursos pelo Pronera, ofertados em 49 municípios. O número de matriculados foi de 8.810 assentados no ensino fundamental, 160 no médio e nenhum a nível superior. Contudo, ressalta-se que 51,5% destes não concluíram seus cursos (BRASIL, 2015).

Segundo Di Pierro (2004, p.06), “dentre os 1,6 milhões de assentados com mais de 14 anos, a quinta parte (20,4%) era formada por pessoas não alfabetizadas”, sendo que dos 38,4% que frequentaram as séries iniciais do ensino fundamental, apenas 14,1% chegaram a concluí-las. Em geral, menos de 6% destes ingressou no ensino superior. Para Medeiros (2014, p.209) o “sistema cria os problemas da evasão, do baixo rendimento, da escola longe de casa e tantos outros, criando também o ‘remédio’ para cada mal, só que este atua somente no efeito, não obstante, melhorando os índices de oferta de políticas e mantendo a estrutura inalterada”.

O Pronera é uma parte importante no contexto das lutas pela materialização do direito dos povos do campo à educação. Neste sentido, entende-se que as limitações orçamentárias do Programa são uma estratégia do Estado capitalista para a manutenção do sistema e acirramento das desigualdades, tendo em vista que o “orçamento não se limita a uma peça técnica e formal ou a um instrumento de planejamento; ele é, desde suas origens, uma peça de cunho político” (SALVADOR, 2010, p.178) que reflete a correlação de forças entre as classes, como pode ser verificado na gestão do Programa.

Muitos foram os entraves pelos quais o PRONERA passou após ter sido criado enquanto política pública no final da década de 90. Ao mesmo tempo que o governo cedeu as reivindicações, colocou limites às ações que vinham sendo defendidas pelo movimento camponês. Prova disso, foi a mudança de estratégia do governo, desenvolvendo uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra, desenvolvendo uma política de mercantilização da terra, além de cortar verbas para a política de educação nos assentamentos, ou seja, cortou recursos para a execução das ações do PRONERA, uma vez que foi criado a partir do conjunto das ações dos movimentos sociais do campo (MARIALVA, 2011, p. 101).

Mediante o exposto, aponta-se para uma tensão entre os interesses da classe trabalhadora e os da classe dominante, no que concerne a democratização dos direitos e os interesses do capital, expressas nas ações do Estado, que resultará em determinada configuração na escolarização dos habitantes do meio rural. No Piauí, os anos de estudo da população rural ainda está longe dos índices correspondentes ao urbano, tendo em vista que as ações do Estado além de escassas, são descontínuas, conforme problematizado por Medeiros (2014).

A Pnad dos anos de 2003 e 2015 apresenta a situação censitária no Piauí e evidencia mudanças nos percentuais no que se refere aos anos de estudo da população urbana e rural.

Tabela 1: Anos de estudo por situação censitária no Piauí (2003 e 2015)

Anos de estudo	2003		2015	
	URBANA (%)	URBANA (%)	RURAL (%)	RURAL (%)
Sem instrução ou -1	29,2	21,4	31,0	48,6
1 - 4 anos	27,2	22,0	32,4	36,0

5 – 9 anos	24,4	25,3	22,6	12,7
10 – 14 anos	16,3	24,0	12,3	2,3
15 anos ou mais	2,7	7,0	1,4	0,1

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras a partir dos microdados da Pnad.

No ano de 2003, a população da zona rural sem instrução ou com menos de um ano totalizava 48,6%, enquanto que a urbana representava, apenas, 29,2%, com uma diferença de proximamente 20%. No ano de 2015, ocorreu redução considerável, ou seja, em 12 anos esse indicador teve uma queda de 17,6%. Evidencia-se que, de 2003 a 2015, houve uma redução de 3,6% na variável de um a quatro anos de estudo.

No mesmo intervalo de tempo, no tocante às variáveis de 5 - 9 anos e de 10 - 14 anos de estudo, percebe-se um aumento de, aproximadamente, 10% em ambos os indicadores. No que concerne a população com 15 anos ou mais de estudo, ocorreu um crescimento de apenas 1,3%.

Os dados da Pnad evidenciam um avanço no nível de escolaridade dos povos rurais no Piauí, contudo, as diferenças entre os meios urbanos e rurais ainda é grande, indicando a necessidade de mais investimentos por parte dos governantes para efetivação do direito à educação para os camponeses.

Conclusão

O objetivo desse estudo foi analisar, de modo breve, a educação do campo e o processo de escolarização da população a partir do Proner como uma política educacional para os povos do campo brasileiro, neste caso tendo o foco no Piauí. Os dados da II PNERA indicam um avanço na escolarização da população do meio rural, especialmente quando comparados os índices de 2003 e 2015, no que concerne ao número de anos estudados.

Não obstante esse avanço em números e em acesso a escolarização, há uma negação do direito à educação de qualidade, limitando as ações dos sujeitos sociais por meio de burocracias e aspectos referentes à política econômica adotada no país, sendo necessários maiores investimentos no Proner e na Secadi, pois são incontáveis os efeitos das negativas no financiamento das ações que compõem as políticas de Educação do Campo para a efetivação do direito a educação.

O Proner como política que possibilita o direito a Educação do Campo permitiu o acesso a processos de escolarização a um público que não vinha sendo considerado nas políticas educacionais e, portanto, produz uma ação importante no cenário educacional. Mas contraditoriamente vem sofrendo um desmonte, mesmo tendo sido evidenciado um aumento quantitativo dos índices de escolarização rural no Estado do Piauí.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 56/2007 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. Brasília: Senado Federal, 2008. 464 p.

_____. **Lei nº 9394/96**, de 24 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 28 Ago. 2018.

_____. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm >. Acesso em: 28 Ago. 2018.

_____. Mapa do analfabetismo no Brasil. p.44. Brasília: **INEP**, 2003.

_____. Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. **Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2015, p. 104.

CELLARD, A. (2008). **A análise documental**. POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 295, 2010-2013.

COSTA, Patrícia. **Corte no orçamento de 2018 deixa reforma agrária por um fio**. CONTRAF. Disponível em < <http://contrafbrasil.org.br/noticias/corte-no-orcamento-de-2018-deixa-reforma-agraria-por-um-fio-dd6c/> >. Acesso em: 28 Ago. 2018.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. As políticas educacionais do estado brasileiro ou de como negaram a educação escolar ao homem e a mulher do campo Um percurso histórico. **EccoS Revista Científica**, v. 11, n. 2, p.40-48, 2009.

DI PIERRO, M. C. Situação educacional dos jovens e adultos assentados no Brasil: uma análise de dados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Reunião Anual da ANPED**, v. 29, 2004.

FERRARO, Alceu Ravanello. Alfabetização Rural no Brasil na Perspectiva das Relações Campo-Cidade e de Gênero. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 3, p. 943-967, 2012.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil**. Educación para la Población Rural en Brasil, Chile, Colombia, Honduras, México, Paraguay y Perú. PROYECTO FAO-UNESCO-DGCS/ITALIA-CIDE-REDUC. Santiago de Chile: Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación (CIDE), 2004, p. 44-90.

GAMBOA, Silvio Sanchez. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, p. 84-111, 1995.

MARIALVA, Maria Elcineide de Albuquerque. **PRONERA: política pública na educação de assentados (as) da reforma agrária** 2011. 180 f. Dissertação de Mestrado - Universidade estadual de Campinas, 2011.

MEDEIROS, Lucineide Barros. Educação do Campo e política educacional brasileira: aproximações e distanciamentos na realidade local. **Reflexão e ação**, v. 22, n. 2, p. 195-219, 2014.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil** Cortez Editora, 2010.